

## CARGO TÉCNICO EM CONTADOR

EDITAL Nº 039/2021

### LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

1. Leia atentamente as informações abaixo e, em seguida, assine no espaço reservado.
2. Este caderno contém, respectivamente, uma proposta de Redação e 50 questões de múltipla escolha, assim distribuídas: 01 a 10 - Língua Portuguesa; 11 a 20 - Legislação; 21 a 50 - Conhecimentos Específicos.
3. Lembre-se que, de acordo com o item 8.2 do Edital 05/2021, **há apenas uma alternativa que responde cada questão.**
4. Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
5. A redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na Folha de Redação fornecida pela CPPS.
6. Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
7. A CPPS exige o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
8. Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
9. Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
10. Você dispõe de, no máximo, quatro horas para redigir o texto definitivo na Folha de Redação, responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
11. O preenchimento da Folha de Resposta e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
12. O candidato, ao terminar as provas, entregará ao fiscal de sala o caderno de provas juntamente com a Folha de Respostas referente às provas de múltipla escolha, bem como a folha definitiva da prova de Redação.
13. Somente após cumprido três horas de prova, o candidato poderá sair da sala de aplicação com seu caderno de prova.

Assinatura do candidato: \_\_\_\_\_

Número de inscrição: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

No Brasil, a liberdade de imprensa é considerada um direito fundamental e está garantida na Constituição Federal, em seus artigos 5º e 220.

## TEXTO 1

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:*

*IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;*

*[...]*

*X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra, e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;*

*[...]*

*XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário, ao exercício profissional.*

*Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.*

*§ É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.*

Em nome do pleno exercício da liberdade de imprensa e de expressão, temos visto, no Brasil, uma mídia que nos faz refletir acerca dos limites da publicização da intimidade, da privacidade e da honra de pessoas públicas e anônimas. Têm sido comuns casos em que a mídia noticia questões relacionadas à vida privada, explorando, por exemplo, em rede nacional, sequestros, incêndios, agressões, relações conjugais e extraconjugais e até mesmo casos de aborto e adoção, que, a priori, não deveriam ter seus desfechos influenciados a partir da intervenção midiática. Essa atuação tem despertado a população para o debate no que diz respeito ao papel da mídia e aos limites de sua atuação, sendo avaliada em diferentes áreas, conforme os textos abaixo:

## TEXTO 2

A mídia, a cada dia que passa, vem ganhando espaço na sociedade. [...]. Quando ela transmite uma notícia, começa a construir uma realidade. A mídia exerce a função de controle social, no momento em que expõe suas opiniões através das notícias, sendo considerada, não raro, como o quarto poder, dada a força das suas posições e influência sobre a sociedade.

*[...]*

Porém, estes meios de comunicação transmitem uma série de acontecimentos, informações, fazendo que toda a população usuária, construa uma opinião sobre um determinado assunto. A mídia acaba sendo formadora de um controle social, na medida em que ela dita comportamentos, modismos, costumes e ideologias. [...]

Fonte: Freitas (2018). Disponível em <https://crisrocha80.jusbrasil.com.br/artigos/549048825/a-influencia-da-midia-nos-casos-de-grande-repercussao-no-brasil>. Acesso em: 27 jun. 2022.

## TEXTO 3



desenhosdonando



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfUOr5cJYAj/>.  
Acesso em: 28 jun. 2022

Você foi convidado para escrever um **ARTIGO DE OPINIÃO** a ser publicado em um jornal de grande circulação nacional, para se posicionar sobre a seguinte questão:  
Qual pode ser o papel do Estado em situações em que a mídia viola a intimidade e a honra das pessoas, alegando liberdade de expressão e de imprensa?

### INSTRUÇÕES

O texto deverá ser escrito, com caneta, na modalidade formal da Língua Portuguesa, e ter entre **16 e 60** linhas.

**SERÁ ATRIBUÍDA NOTA 0 (ZERO) A PROVA QUE:**

- A) Estiver em branco;
- B) Não for redigida no gênero/tipo textual requerido na proposta;
- C) Fugir completamente ao tema da proposta da redação;
- D) For redigida fora do espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Redação;
- E) For redigida de forma ilegível;
- F) Não for escrita com caneta preta;
- G) Apresentar identificação do candidato fora do espaço reservado;
- H) Contiver quantidade de linhas inferior ou superior ao determinado na proposta da redação.

## RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Leia o texto abaixo para responder às questões.

## **VIOLÊNCIA POLICIAL: A LINHA TÊNUE QUE NOS SEPARA DO ABISMO**

Domingo de sol, peguei o carro e fui com a família almoçar em um restaurante da Zona Sul de Porto Alegre onde costumamos ir. Chegando lá, passamos em frente a um posto da Brigada Militar, que fica na esquina de uma movimentada avenida. Na rua lateral, um homem, negro e maltrapilho, esbravejava e sacudia a grade de ferro do posto da BM. Passando de carro, não dava para entender direito o que dizia, mas, em seguida, ficamos sabendo que reclamava dos policiais por não lhe terem prestado atendimento, tendo sido vítima de um furto perto dali.

Assim que estacionei o carro, uns 20 metros à frente, percebi que uma viatura policial se aproximava em alta velocidade e com a sirene ligada. A viatura parou em frente ao posto, logo atrás de mim, e dois policiais muito jovens, um homem e uma mulher, desceram correndo, de cassetete em punho. Ao se aproximarem do sujeito, ao invés de interpelá-lo, partiram direto para a agressão. Enquanto o policial espancava as costas, a colega batia com o cassetete em suas pernas, fazendo-o cambalear e cair de joelhos na calçada. O homem já estava rendido, e as agressões continuavam.

Ao descer do carro e presenciar a cena a poucos metros de distância, não tinha como me manter indiferente ao que acontecia. Avancei em direção aos policiais e simplesmente gritei: “O que é isso? Não batam nele! Que tipo de abordagem é essa?” Imediatamente os dois policiais parece que caíram em si, e pararam de espancar o coitado. Ao perceberem uma reação ao que faziam, enquanto os comerciantes e transeuntes à volta já se aglomeravam e assistiam indiferentes (afinal, era um pobre coitado, e estava causando problema), os policiais talvez tenham se dado conta de que estavam diante de um ser humano, que não oferecia risco algum, e que não havia justificativa para uma abordagem violenta como aquela. Naqueles poucos instantes, foi possível perceber como pode operar a desumanização e a onipotência de uma corporação policial, na mentalidade e nas práticas de seus integrantes.

Herdeiras de uma cultura inquisitorial e burocrática, estruturadas muito mais para a manutenção da “ordem pública” do que para a prestação de serviços de segurança, as polícias civis e militares ostentam um histórico nada edificante na relação com o seu público: os ditos cidadãos. Seja quando necessitam do atendimento no “balcão” da delegacia para um registro de ocorrência, ou quando se deparam com uma abordagem policial de rotina, a regra é uma grande desconfiança da sociedade para com suas polícias, seja pela falta de estrutura para dar conta da demanda, ou pela imprevisibilidade da ação de policiais muitas vezes mal preparados e, ao mesmo tempo, “empoderados” para lidarem com um público que é visto mais como um problema do que como o destinatário final de um serviço. Fato é que, nestes 30 anos que nos separam da volta à democracia, com a Constituição Cidadã, ainda não fomos capazes de reestruturar as polícias e colocá-las de fato a serviço da cidadania.

O déficit democrático, nesse sentido, é imenso. Em uma sociedade marcada por conflitos de toda ordem, que colocam, muitas vezes, frente a frente indivíduos incapazes de tratar civilizadamente suas diferenças, as polícias são o braço mais próximo e mais presente do Estado em vários contextos e poderiam cumprir um papel fundamental para a administração de conflitos de forma a reduzir o recurso à violência. É o que se esperava, por exemplo, com o programa das Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro. Pesquisas mostraram, no entanto, que no imaginário dos policiais que atuavam nas UPPs, era considerado mais interessante ir para o confronto armado com traficantes do que ser um canal de pacificação e diálogo, nos moldes de um policiamento comunitário, no interior da favela.

---

Nestas três décadas de democracia, algumas iniciativas foram tomadas para mudar este quadro. O investimento em formação, por exemplo, gerou experiências importantes, e contribuiu para a qualificação e a reciclagem dos policiais para atuarem em democracia. Porém, o currículo oferecido pelos cursos de formação continuou convivendo com o famoso currículo oculto, aprendido com os colegas antigos na rua, e orientador das práticas que se reproduzem ao longo do tempo.

Se o quadro geral já não era nada animador, a crise política que se abateu sobre o país nos últimos anos acabou por soterrar qualquer perspectiva de uma mudança mais ampla das estruturas e das práticas policiais. A ideia corrente é a de que, se uma maioria parlamentar toma para si o poder de encurtar um mandato presidencial por “pedalada fiscal”, e se o próprio Poder Judiciário se curva à lógica do pragmatismo para o combate ao crime, deixando de lado normas explícitas da Constituição e do Processo Penal, o jogo virou. Tem se tornado lugar-comum ouvir secretários de segurança justificando a violência e a exclusividade dos direitos humanos para “humanos direitos”, jogando para a torcida em uma sociedade amedrontada e refém da violência, justamente pela incapacidade dos gestores oferecerem respostas efetivas e eficazes, e não um discurso populista.

Os números da violência policial, embora muitas vezes subnotificados, comprovam esta deriva democrática. Enquanto em 2009 o número de mortes em decorrência de intervenção policial no Brasil foi de 2.177, em 2016 foram 4.224 mortes, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. No Rio Grande do Sul, dados colhidos pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública mostram que o número de denúncias de violência praticada pelas polícias em Porto Alegre saltou de 73 casos em 2013 para 234 casos em 2016, e quase o dobro disso em 2017.

Para quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais, o que se ouve agora é que “esse pessoal dos Direitos Humanos” vai ter o que merece, e o combate ao crime legitima ações contra a lei das próprias instituições policiais, chanceladas depois pelo Ministério Público e pelo próprio Poder Judiciário. Como já alertou uma vez Pedro Aleixo, quando exercia a vice-Presidência do país no governo Costa e Silva, sobre as consequências do AI5, “Presidente, o problema de uma lei assim não é o senhor, nem os que com o senhor governam o país; o problema é o guarda da esquina”.

O mesmo poderia ser dito agora, quando se fragilizam regras constitucionais, o Poder contramajoritário se curva aos ditames da “opinião pública” e os responsáveis pela segurança pública legitimam discursivamente a violência policial. Em algum momento, será preciso recolocar o guizo no gato, caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial e para a consolidação de um Estado de Polícia, no qual o indivíduo é como o personagem Josef K., em O Processo, um mero detalhe frente ao funcionamento das engrenagens repressivas, que assumem uma racionalidade própria e alheia ao interesse público. E onde qualquer um pode ser a próxima vítima.

*Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo é graduado em Direito e doutor em Sociologia pela UFRGS. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (Gpesc) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É pesquisador associado e membro do Comitê Gestor do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC), e pesquisador do CNPq.*

Texto publicado no jornal Correio Braziliense, em 5 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.ineac.uff.br/index.php/21-artigos/181-violencia-policial-a-linha-tenua-que-nos-separa-do-abismo> Acesso em: 27 jun. 2022. Adaptados para fins didáticos.

### / QUESTÃO 01.

O excerto do texto que melhor poderia sintetizar o posicionamento assumido pelo autor ao longo do texto é:

- a) “Naqueles poucos instantes, foi possível perceber como pode operar a desumanização e a onipotência de uma corporação policial na mentalidade e nas práticas de seus integrantes.”
- b) “Fato é que, nestes 30 anos que nos separam da volta à democracia, com a Constituição Cidadã, ainda não fomos capazes de reestruturar as polícias e colocá-las de fato a serviço da cidadania.”
- c) “Em uma sociedade marcada por conflitos de toda ordem, que colocam, muitas vezes, frente a frente indivíduos incapazes de tratar civilizadamente suas diferenças, as polícias são o braço mais próximo e mais presente do Estado.”
- d) “Em algum momento, será preciso recolocar o guizo no gato, caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial e para a consolidação de um Estado de Polícia [...]”

### / QUESTÃO 02.

Nos três primeiros parágrafos do texto, a sequência textual predominante é:

- a) Descritiva, já que o autor qualifica uma determinação ação, utilizando adjetivações e verbos no pretérito imperfeito do indicativo.
- b) Explicativa, porque o autor esclarece um determinado assunto, utilizando verbos, em sua maioria, no tempo presente do indicativo.
- c) Argumentativa, uma vez que o autor apresenta seu posicionamento diante de um fato, recorrendo a verbos no modo imperativo.
- d) Narrativa, pois o autor apresenta um relato, utilizando verbos no pretérito perfeito do indicativo para demarcar o encadeamento de ações.

### / QUESTÃO 03.

Sobre a progressão temática do texto, é correto afirmar que:

- a) O quarto parágrafo serve apenas de contextualização para a apresentação da tese do autor nos parágrafos seguintes.
- b) O sexto parágrafo desenvolve a ideia central do texto, que se desdobra em ideias secundárias discutidas nos parágrafos seguintes.
- c) O sétimo parágrafo acrescenta novos argumentos à discussão, mantendo a orientação argumentativa dos parágrafos anteriores.
- d) O oitavo parágrafo elabora uma contra-argumentação às ideias apresentadas no parágrafo anterior.

### / QUESTÃO 04.

A leitura do trecho “Para quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais, o que se ouve agora é que “esse pessoal dos Direitos Humanos” vai ter o que merece [...]” permite-nos afirmar que:

- a) O autor utiliza a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” para demarcar a sua identificação ideológica com esse grupo, já referenciado pela oração “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.
- b) O autor recorre à expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” para sinalizar o seu distanciamento ideológico em relação ao referido grupo, embora se reconheça como “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.



- c) O autor usa a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” em oposição a “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais” para evidenciar discursos contrários sobre um mesmo grupo.
- d) O autor emprega a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” com o intuito de esclarecer ao leitor a que grupo ele se refere quando fala de “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.

### / QUESTÃO 05.

Pode-se dizer que, na conclusão do texto, o autor

- a) Expõe o que deveria ser feito a fim de evitar possíveis consequências da legitimação da violência policial.
- b) Sintetiza as razões pelas quais ele acredita que as forças policiais são fundamentais para a administração de conflitos.
- c) Retoma o argumento de que a crise política é a principal causa do descrédito das instituições policiais na sociedade.
- d) Reforça o despreparo das polícias brasileiras para atuarem na democracia.

### / QUESTÃO 06.

A concordância consiste na adaptação de certas palavras aos gêneros, número e pessoa de uma determinada palavra no contexto linguístico. Pensando assim, o termo “herdeiras”, no início do quarto parágrafo, concorda com:

- a) Uma cultura inquisitorial e burocrática.
- b) A manutenção da “ordem pública” e da prestação e serviços.
- c) As polícias civis e militares.
- d) Os ditos cidadãos.

### / QUESTÃO 07.

Alguns termos podem ser dispensados, apagados ou eliminados da oração porque são facilmente recuperáveis, pelo interlocutor, no contexto linguístico imediato. Assim, marque a alternativa que preenche o sujeito dos verbos destacados no período: “Seja quando **necessitam** do atendimento no “balcão” da delegacia para um registro de ocorrência, ou quando se **deparam** com uma abordagem policial de rotina...”

- a) No contexto do período, percebe-se que o sujeito de ambos os verbos destacados é “as polícias civis e militares”.
- b) No contexto do período, percebe-se que o sujeito de ambos os verbos destacados é “os ditos cidadãos”.
- c) No contexto do período, percebe-se que o sujeito do primeiro verbo destacado é “a prestação de serviços dos policiais”, e no segundo, é a “ação de policiais”.
- d) No contexto do período, percebe-se que o sujeito do primeiro verbo destacado é “as polícias civis e militares”, e no segundo, é “a prestação de serviços dos policiais”.

### / QUESTÃO 08.

Leia a frase abaixo retirada do texto. Em seguida, julgue as afirmativas sobre ela e marque a alternativa correta quanto à organização sintática da sentença.

“É o que se esperava, por exemplo, com o programa das Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro.”

- I. A expressão “o que” exerce a função de sujeito do verbo “esperar”.
- II. Essa frase é composta por três orações.
- III. O pronome “se” exerce a função de índice de indeterminação do sujeito.
- IV. A expressão “o que” exerce a função de objeto do verbo “esperar”.

- a) I e III
- b) II e IV
- c) III e IV
- d) I e II

### / QUESTÃO 09.

Releia os excertos destacados do texto. Marque a alternativa correta quanto ao uso da vírgula.

- I. “O investimento em formação, por exemplo, gerou experiências importantes, e contribuiu para a qualificação e a reciclagem dos policiais para atuarem em democracia.”
  - II. “Pesquisas mostraram, no entanto, que no imaginário dos policiais que atuavam nas UPPs, era considerado mais interessante ir para o confronto armado com traficantes do que ser um canal de pacificação e diálogo, nos moldes de um policiamento comunitário, no interior da favela.”
- a) Na frase II, o uso das vírgulas entre a expressão “no entanto” se justifica pelo fato de ser uma locução conjuntiva deslocada.
  - b) Na frase I, o uso da vírgula após a palavra “importantes” está inadequado, pois separa duas orações aditivas.
  - c) Na frase I, o uso das vírgulas entre a expressão “por exemplo” é opcional.
  - d) Na frase II, o uso das vírgulas entre “nos moldes de um policiamento comunitário” se justifica pelo fato de ser uma oração explicativa intercalada.

### / QUESTÃO 10.

Analise o período abaixo quanto às relações sintático-semânticas estabelecidas entre os seus elementos. Em especial, observe a função sintática do item **que**, em destaque. Marque a alternativa em que a função sintática do item destacado corresponde à função sintática do **que** no excerto:

*“a crise política **que** se abateu sobre o país nos últimos anos acabou por soterrar qualquer perspectiva de uma mudança mais ampla das estruturas e das práticas policiais.”*

- a) “**Assim que** estacionei o carro, uns 20 metros à frente...”
- b) “...percebi **que** uma viatura policial se aproximava em alta velocidade e com a sirene ligada.”
- c) “...caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial, e para a consolidação de um Estado de Polícia, **no qual** o indivíduo é como o personagem Josef K., em O Processo ...”
- d) “...um mero detalhe frente ao funcionamento das engrenagens repressivas, **que** assumem uma racionalidade própria e alheia ao interesse público.”

# PROVA DE LEGISLAÇÃO

## / QUESTÃO 11.

Levando em conta o disposto na Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, é CORRETO afirmar:

- a) Nos casos de corrupção, a pena a ser aplicada é a de demissão.
- b) O processo disciplinar, independentemente do relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração para julgamento.
- c) É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, exceto o prestado às Forças Armadas.
- d) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença, exceto nos casos em que o trabalho a ser exercido seja compatível com as atividades laborais do servidor.

## / QUESTÃO 12.

Com relação aos deveres e proibições imputados ao servidor público pela Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, marque a assertiva CORRETA:

- a) Ao servidor público é proibido coagir ou aliciar subordinados a filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político, exceto se fora do ambiente de trabalho.
- b) É proibido ao servidor público exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
- c) É dever do servidor público cumprir toda e qualquer ordem superior e exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, atender com presteza, sem necessidade de observar as normas legais.
- d) É facultado ao servidor representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

## / QUESTÃO 13.

A Lei nº 8.112/90 de 11 de dezembro de 1990 quando trata do regime jurídico dos servidores públicos no âmbito federal, e discorre sobre direitos e deveres dos servidores, desde sua nomeação, suas atribuições até a possíveis desligamentos. Deste modo, analise as seguintes assertivas e marque a CORRETA:

- a) As atribuições do cargo no qual o servidor será empossado podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei, além dos nominados na Lei nº 8.112/90 de 11 de dezembro de 1990.
- b) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, independentemente de tratar-se de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- c) A redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- d) Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 o servidor terá direito ao adicional por tempo de serviço.

## / QUESTÃO 14.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, marque a alternativa CORRETA.

- a) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou avô ou avó, mesmo que não dependa que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, independentemente de comprovação por perícia médica oficial.
- b) O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no país.

- c) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.
- d) Considerar-se-á incorrendo em falta por inassiduidade habitual o servidor que faltar ao serviço, sem ou com causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

### / QUESTÃO 15.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, 11 de dezembro de 1990, está CORRETA a seguinte assertiva:

- a) Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público.
- b) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada.
- c) Após o trânsito em julgado, o beneficiário condenado pela prática de um crime que tenha dolosamente resultado a morte do servidor, não deixa de perceber o benefício de pensão.
- d) Para os fins desta lei, considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter itinerante.

### / QUESTÃO 16.

Em relação ao processo administrativo federal, regulamentado pela Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro 1999, é CORRETO afirmar que:

- a) A publicidade é a regra para os atos do processo, que devem ter divulgação oficial em qualquer hipótese.
- b) O administrado só pode ser assistido por advogado nos casos em que a lei exigir a defesa técnica.
- c) A autoridade perante a qual se deve iniciar um processo administrativo, como regra geral, é aquela de maior grau hierárquico, a não ser que exista alguma norma que estabeleça a competência de modo específico.
- d) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência dos atos. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

### / QUESTÃO 17.

Considere as afirmações abaixo e aponte a CORRETA:

- a) O recurso administrativo perante decisão que rejeita alegação de suspeição tem efeito suspensivo.
- b) Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, antes da decisão do processo, o órgão competente poderá abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros.
- c) O desatendimento da intimação resulta no reconhecimento verdadeiro dos fatos e, conseqüentemente, na renúncia a direito pelo administrado.
- d) Os atos do processo administrativo não podem acontecer fora da sede do órgão, razão pela não se pode acessar quaisquer informações remotamente.

### / QUESTÃO 18.

Leia o que se afirma e marque a assertiva **INCORRETA**, de acordo com o que a Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro e 1999, estabelece a respeito da instrução no processo administrativo federal.

- a) Quando um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo administrativo não terá seguimento até que ele seja apresentado, e quem der causa ao atraso deve ser responsabilizado.

- b) Quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.
- c) A autoridade que conduz o processo administrativo deve solicitar que terceiros ou interessados prestem informações ou apresentem provas sempre que necessário. Caso a intimação para esse fim não seja atendida, o órgão competente não pode suprir de ofício essa omissão.
- d) Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução. Inclusive, quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, a obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

### / QUESTÃO 19.

Leia o que se afirma e marque a alternativa CORRETA, de acordo com o que a Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro e 1999, estabelece sobre o processo administrativo federal.

- a) O órgão só poderá declarar extinto o processo quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.
- b) Quando, no recurso administrativo, alega-se que a decisão recorrida contraria súmula vinculante, a autoridade que prolatou a decisão recorrida, caso não a reconsidere, tem o dever de explicitar as razões do entendimento e posição que adotou em relação à súmula.
- c) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração. No entanto, a convalidação não poderá ser realizada de ofício se acarretar lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.
- d) A norma administrativa deve ser interpretada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida a aplicação retroativa de nova interpretação.

### / QUESTÃO 20.

Aponte a assertiva INCORRETA, conforme o que determina a Lei nº 9.784/99, 29 de janeiro e 1999:

- a) O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, a qualquer tempo, em razão do princípio da autotutela administrativa, que, para a administração pública, prevalece em relação ao princípio de segurança jurídica.
- b) Os interessados no processo têm direito à produção de provas. A autoridade só pode recusar as provas quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias e tem obrigação de fundamentar essa decisão.
- c) São impedidos de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria, que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante - aplicando-se tal impedimento também aos cônjuges, companheiros ou parentes e afins, até o terceiro grau -, ou que tenham litigância judicial ou administrativa com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- d) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

# PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICOS

## / QUESTÃO 21.

Determinado ente público contraiu um empréstimo e adquiriu um veículo. De acordo com o normativo vigente sobre orçamento público, são exemplos de uma receita e uma despesa pública, respectivamente. Esses fatos atendem ao princípio orçamentário de:

- a) Orçamento bruto.
- b) Universalidade.
- c) Exclusividade.
- d) Equilíbrio.

## / QUESTÃO 22.

Com base na Lei nº 4.320/64, 17 de março 1964, classificam-se como Despesas de Custeio as seguintes alternativas, exceto uma. Assinale a **INCORRETA**.

- a) As dotações para o planejamento e a execução de obras.
- b) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados.
- c) As destinadas a atender a obras de conservação.
- d) Adaptação de bens imóveis.

## / QUESTÃO 23.

Marque a opção que corresponde ao estágio da receita pública que se refere à entrega de recursos devidos ao tesouro nacional.

- a) Previsão.
- b) Arrecadação.
- c) Recolhimento.
- d) Recebimento

## / QUESTÃO 24.

Em conformidade com a Lei nº 4.320/64, de 17 março 1964, Art. 75, o controle da execução orçamentária compreenderá as alternativas que seguem, exceto uma. Assinale a **INCORRETA**.

- a) A legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- b) A fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- c) O cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- d) Para atender a despesas de grande vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, ultrapasse limite estabelecido em ato normativo próprio.

## / QUESTÃO 25.

Plano de contas do setor público (PCASP) é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários. Dessa forma, podemos citar como objetivos do PCASP, **EXCETO**:

- a) Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público;
- b) Permitir à adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças públicas, a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais - a exemplo do Government Finance Statistics Manual (GFSM) do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como o levantamento de outros relatórios úteis à gestão.
- c) Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- d) Fornecer informações úteis sobre a entidade ou órgão público que elabora demonstrações contábeis, voltadas para os usuários dessas demonstrações para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability).

### / QUESTÃO 26.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, 17 de março 1964, Art. 40 e 41, são créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, podendo ser classificados conforme alternativas abaixo, exceto uma. Assinale a **INCORRETA**.

- a) Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- b) Suplementares e gerais autorizados por lei e fechados por decreto executivo.
- c) Especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- d) Extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

### / QUESTÃO 27.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído nos termos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/2006, 19 de dezembro 2006, encontra-se regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, 20 de junho de 2007, e pelo Decreto nº 6.253/2007, 13 de novembro 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), vigente de 1988 a 2006. Para cumprir a sua finalidade, o Fundeb de cada Estado conta com recursos provenientes dos impostos e das transferências do Estado e de seus municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal, bem como de complementação financeira de responsabilidade da União. Os Estados, o Distrito Federal e os municípios contribuem para a composição do Fundeb o montante equivalente ao percentual de:

- a) 20%
- b) 22,30%
- c) 17%
- d) 23,80%

### / QUESTÃO 28.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, 17 de março de 1964, art. 92, a dívida flutuante compreende as seguintes alternativas, exceto uma. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- b) Os serviços da dívida a pagar.
- c) As dotações indisponíveis.
- d) Os débitos de tesouraria.



### / QUESTÃO 29.

Nos termos do § 1º do art. 1º da LRF, “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas [...]”, razão pela qual o planejamento é essencial à gestão fiscal responsável. No processo de planejamento orçamentário, do qual a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é parte integrante, o ente deverá avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com o objetivo de dar maior transparência às metas de resultado estabelecidas, informando as providências a serem tomadas caso tais riscos se concretizem. Conforme o manual de demonstrativos fiscais, a gestão de riscos fiscais não se resume à elaboração do Anexo de Riscos Fiscais, mas é composta por seis funções necessárias, **EXCETO**:

- a) Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco; mensuração ou quantificação dessa exposição.
- b) Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco; decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco.
- c) Implementação de condutas de mitigação do risco e de mecanismos de controle para prevenir perdas decorrentes do risco; monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (controle interno).
- d) Interposição de controle legislativo com auxílio do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União; decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco.

### / QUESTÃO 30.

Em conformidade com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 art. 106, a avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá às normas seguintes, exceto uma. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.
- b) Os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção.
- c) Os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.
- d) Os valores em bens, assim como as contas de resultado, quando em moeda nacional, deverão figurar ao lado das correspondentes importâncias em moeda internacional.

### / QUESTÃO 31.

É a unidade, definida no modelo de gerenciamento de custos, que é responsável por conduzir atividades e disponibilizar bens ou serviços, cujos recursos e resultados podem ser distinguíveis de outros centros, e seus gestores devem prestar contas à alta administração da entidade. O conceito acima é referente a:

- a) Centro de responsabilidade.
- b) Custo.
- c) Custo não controlável.
- d) Direccionador de Custos.

### / QUESTÃO 32.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março 1964, § 2º, a liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base as seguintes alternativas, exceto uma. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.
- b) As notas explicativas.
- c) O contrato, ajuste ou acordo respectivo.
- d) A nota de empenho.



### / QUESTÃO 33.

A contabilidade de hedge deve reconhecer os efeitos de compensação no resultado das alterações nos valores justos do instrumento de hedge e do item protegido. De acordo com a NBC TSP 32 - instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (contabilidade de hedge - aplicação residual), assinale a alternativa correta que exemplifica as definições relacionadas à contabilidade de hedge.

- a) Instrumento de hedge é o derivativo designado ou (para hedge de risco de mudanças nas taxas de câmbio de moeda estrangeira apenas) ativo financeiro não derivativo designado ou um passivo financeiro não derivativo, cujo valor justo ou fluxos de caixa são esperados para compensar as mudanças no valor justo ou fluxos de caixa de item coberto designado.
- b) Item coberto é ativo, passivo, provisões, compromisso firme, transação prevista altamente provável, combinação de negócios com investimento físico do ente autônomo ou investimento líquido em operação estrangeira que (a) expõe a entidade ao risco de mudanças no valor justo ou fluxos de caixa futuros e (b) é designado como sendo hedge.
- c) Eficácia do hedge é o grau em que as alterações no custo histórico ou fluxos de caixa do item coberto, que são atribuíveis a um risco descobertos, são compensadas por alterações no valor justo ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.
- d) Hedge de valor realizável: trata-se da proteção contra mudanças no valor de ativos ou passivos ou de compromissos não reconhecidos contabilmente. Ainda pode ser aplicado sobre uma parcela de ativo, passivo ou compromisso particular que impacte no resultado final.

### / QUESTÃO 34.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, de 17 março de 1964, Art. 37, as despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica. Assim, as Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) abrangem três situações, exceto uma. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.
- b) A DEA corresponde a elemento de despesa próprio usado no orçamento do exercício passado para despesas que pertencem ao exercício presente.
- c) Restos a pagar com prescrição interrompida.
- d) Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

### / QUESTÃO 35.

Os conceitos de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios para seu reconhecimento. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas a sua forma legal. O conceito de ativo, segundo o manual de contabilidade aplicada ao setor público, é:

- a) Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado que possa fazer diferença na tomada de decisão.
- b) Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- c) Ativo é um recurso que a entidade considera distintamente de seu proprietário, constituindo em si um patrimônio autônomo, sem dependência do patrimônio individual dos sócios que a compõem.
- d) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

### / QUESTÃO 36.

Para os efeitos da Lei Complementar nº 101/2000, 4 de maio de 2000 Art. 2º, entende-se o que está definido nas alternativas abaixo, **EXCETO** uma. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada município.
- b) Empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- c) Empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- d) Despesa corrente líquida: somatório das despesas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras despesas também correntes.

### / QUESTÃO 37.

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Assinale a alternativa que apresenta a característica qualitativa de que é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

- a) Tempestividade.
- b) Verificabilidade.
- c) Compreensibilidade.
- d) Comparabilidade.

### / QUESTÃO 38.

Com base na Constituição Federal, Art. 165, as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão os instrumentos abaixo, **EXCETO** uma. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- e) O plano plurianual.
- f) As diretrizes orçamentárias.
- g) Empenho patrimonial
- h) Os orçamentos anuais.

### / QUESTÃO 39.

Previsto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei. O princípio orçamentário a que se refere é:

- a) Periodicidade.
- b) Legalidade.
- c) Exclusividade.
- d) Totalidade.

### / QUESTÃO 40.

Com base na Lei Complementar nº 101/2000, 4 de maio de 2000 Art. 7º, o resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais. Em conformidade com esta afirmativa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Integrarão as receitas da União, e serão excluídas da lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores e a investimentos.
- b) O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.
- c) O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.
- d) Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

#### / QUESTÃO 41.

A lei orçamentária anual compreenderá, em conformidade com a Constituição Federal, § 5º, as alternativas abaixo, **EXCETO** uma.

- e) O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- f) Estabelecer normas de auditoria da administração, bem como condições para a instituição e controle de gastos.
- g) O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- h) O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

#### / QUESTÃO 42.

Integram a receita corrente líquida dos municípios, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) Os recursos recebidos provenientes de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- b) As transferências correntes.
- c) As receitas extraorçamentárias.
- d) As receitas oriundas da alienação de bens móveis e imóveis.

#### / QUESTÃO 43.

De acordo com a Lei Complementar nº 101, Art. 9º, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. Com base nesta afirmativa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.
- b) Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- c) Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

- d) No prazo de trinta dias após o encerramento de cada ano, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo da receita de suas operações e as contas de resultado demonstrados nos balanços.

#### / QUESTÃO 44.

A Renúncia de Receitas é o ato em que o gestor público concede incentivos ou benefícios de natureza tributária, financeira e crediária para os cidadãos. Caracteriza esse tipo de iniciativa, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o(a):

- a) Doação.
- b) Redução de alíquota de IPI.
- c) Cancelamento de débito inferior ao custo de cobrança.
- d) Redução discriminada de base de cálculo.

#### / QUESTÃO 45.

Com base no DECRETO-LEI nº 200/1967, 25 de fevereiro 1967 Art. 4º, a Administração Federal Indireta compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria, **EXCETO** uma.

- a) Autarquias.
- b) Associações Públicas.
- c) Empresas Públicas.
- d) Sociedades de Economia Mista.

#### / QUESTÃO 46.

Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos - União, Estados, Distrito Federal e municípios - são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. Assinale o princípio que diz que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

- a) Anualidade.
- b) Totalidade.
- c) Periodicidade.
- d) Orçamento Bruto.

#### / QUESTÃO 47.

Verifique as seguintes definições, para os fins do DECRETO-LEI nº 200/1967, de 25 de fevereiro de 1967 Art. 5º, e assinale a alternativa que **NÃO** define corretamente a entidade.

- a) Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- b) Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- c) Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria, à União ou a entidade da Administração direta.

- d) Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

#### / QUESTÃO 48.

Das quatro alternativas abaixo, **SOMENTE** uma **NÃO** corresponde aos princípios fundamentais a que a Administração pública obedecerá, conforme DECRETO-LEI nº 200/1967, de 17 de março de 1967, Art. 6º. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Organização.
- b) Planejamento.
- c) Coordenação.
- d) Descentralização.

#### / QUESTÃO 49.

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. Assinale a alternativa correta:

- a) Receita Orçamentária Não Efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
- b) Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.
- c) Ingressos orçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário.
- d) A Lei 4.320/64 classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em Originárias e Derivadas. Essa classificação não possui uso acadêmico e é normatizada; portanto, é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.

#### / QUESTÃO 50.

Demonstração que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

- a) Balanço Financeiro.
- b) Balanço Orçamentário.
- c) Balanço patrimonial.
- d) Demonstração dos fluxos de caixa.

FOLHA DE  
REDAÇÃO

CPF: \_\_\_\_\_

Nº Insc.: \_\_\_\_\_

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CPF: \_\_\_\_\_

Nº Insc.: \_\_\_\_\_

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	